



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Laisa Neri Rocha

Percepção das informações contábeis pelas PME de um escritório de contabilidade.

Brasília, DF

2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa de Pós-Graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis da UnB, UFPE e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Brasília, DF

2014

Laisa Neri Rocha

Percepção das informações contábeis pelas PME de um escritório de contabilidade.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Guerra.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Área: Contabilidade de PME.

Brasília, DF

2014

ROCHA, Laisa Neri.

Percepção das informações contábeis pelas PME de um escritório de contabilidade / Laisa Neri Rocha – Brasília, 2014.

Quant. p. 34

Orientador (a): Prof. Dra. Mariana Guerra.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia – Graduação) –
Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2014.

Bibliografia.

1.Percepção 2.Informações 3.PME 4.Contabilidade 5.CPC 6.Gestores I.
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD -

Aos que me apoiaram durante a minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que esteve sempre ao meu lado almejando um futuro de sucesso. Bem como o apoio e orientação da professora Mariana no decorrer do trabalho. Aos meus amigos que acreditaram no meu potencial, compartilhando durante minha vida acadêmica, diversos momentos memoráveis. Agradeço às minhas amigas futuras contadoras como eu, sem o companheirismo e ajuda mutua essa graduação não seria a mesma. Em especial minha amiga Dayana, que esteve comigo durante o processo de realização deste trabalho, me inundando com palavras de incentivo e determinação. E à Universidade de Brasília, que proporcionou os melhores anos da minha vida.

“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar se não fosse o medo de tentar.”

William Shakespeare

Percepção das informações contábeis pelas PME de um escritório de contabilidade

RESUMO

Na tentativa de promover melhorias na gestão contábil e empresarial das pequenas e médias empresas, este trabalho tem o intuito de descrever a percepção do conhecimento, por parte dos gestores, da contabilidade aplicável às pequenas e médias empresas de acordo com a norma técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME). Nesse sentido, o estudo foi baseado em uma revisão de literatura contábil, e posterior aplicação presencial de questionários contendo 20 questões cada, com temáticas envolvendo a contabilidade abordada pelo CPC PME. A amostra foi composta por gestores do ramo comercial e de serviços, que terceirizam os serviços contábeis por intermédio de escritórios. Em meio a um ambiente onde as relações interempresariais são constantes e sistemáticas, o estudo procurou desenvolver uma análise descritiva, que gerou resultados demonstrados percentualmente no corpo analítico do trabalho. Como auxílio na interpretação das informações, elaborou-se gráficos com vista na análise visual. Após avaliação e mensuração de dados, o trabalho mostrou que os gestores, de modo geral, não conhecem de fato ou não tem interesse na contabilidade regulamentada para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Entretanto, devido ao fato de se depararem no cotidiano com alguns termos e demonstrações requisitadas em processos diversos, a maior parcela de respondentes consegue entender superficialmente o objetivo de cada demonstração.

Palavras-chaves: Percepção. Pequenas e médias empresas. CPC PME. Gestores. Demonstrações Contábeis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	3
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	6
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	8
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICE A – Demonstrações Analisadas	

1. INTRODUÇÃO

Em meio a um ambiente constantemente conectado por meio da globalização, a padronização de informações se tornou uma necessidade vital para as empresas. Tal necessidade se mostrou um desafio para as entidades regulamentadoras envolvidas no processo contábil brasileiro. Padoveze, Benedicto e Leite (2011) ressaltam que a divulgação de informações sobre o desempenho econômico-financeiro de uma empresa deve ter o respaldo de normas contábeis de alta qualidade que garantam a comparabilidade dos resultados das empresas e a compreensibilidade a seus usuários tanto nacionais quanto internacionais.

Para Stroehler (2005), devido à estrutura das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) ser limitada, o direcionamento utilizado em estudos específicos tem um enfoque gerencial diferenciado das empresas de grande porte. Além de não serem uniformes, as PMEs enfrentam dificuldades atreladas às atividades funcionais, tais como: elevada carga tributária, restrições de acesso ao crédito, falta de pessoal capacitado e deficiência dos gestores, na leitura e entendimento de relatórios financeiros e contábeis. Stroehler (2005) ainda conclui que essa falha no conhecimento dos gestores ou proprietários do negócio em relação aos aspectos contábeis, torna os relatórios elaborados pelo contador algo somente legal, ao invés de servir de instrumento útil na tomada de decisões.

De modo geral, as PMEs possuem uma importância relevante no âmbito financeiro e social de um país. O papel desempenhado por elas ganhou espaço nos últimos tempos, gerando uma maior preocupação por parte do governo em demandar uma transparência confiável. Portanto, à margem da padronização das informações divulgadas por meio dos relatórios contábeis, as PMEs receberam, recentemente, destaque por meio da elaboração de um Pronunciamento Técnico voltado para o reconhecimento, mensuração e divulgação das informações contábeis nesse tipo particular de empresa. O CPC PME (2009, p.7) diz que

“o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação”.

Segundo Coelho Neto (2002), independente do seu porte ou natureza jurídica, todas as empresas precisam manter o registro de suas atividades diárias, podendo obter um controle de seu patrimônio de forma contínua, além de ter alternativas de gerenciamento mais confiáveis. Sendo assim, “a função contábil é primordial para o sucesso de empresas modernas, incluídas as de micro e pequeno portes, pois oferece para os grupos internos e externos à empresa, informações importantes acerca do planejamento, controle e tomada de decisões” (MOSCOVE *et al.*, 2002).

Para tanto, diante da importância das PMEs para a economia de um país, e a inerente relevância de uma gestão eficiente por meio de instrumentos contábeis, este trabalho tomou por objetivo descrever a percepção dos clientes de um escritório de contabilidade sobre a contabilidade aplicada à PME. E tomou como base a seguinte questão de pesquisa: *Os clientes que terceirizam os serviços contábeis por intermédio de escritórios, compreendem a contabilidade aplicada às pequenas e médias empresas?*

Para se chegar ao objetivo proposto, este estudo se dividiu em etapas. Num primeiro momento, reuniu-se um acervo literário relativo às premissas envolvendo as pequenas e médias empresas, logo após elaborou-se um questionário contendo 20 questões com temáticas contidas no CPC-PME. Aplicou-se um pré-teste e obteve-se o questionário final após considerações. Analisaram-se posteriormente os resultados e, para finalizar, desenvolveram-se as conclusões acerca dos dados obtidos.

Este trabalho se encontra estruturado em 5 seções, onde a introdução é a primeira; a segunda é o referencial teórico; a metodologia é a terceira; os resultados, a quarta seção; e as conclusões, a última e quinta seção.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Marion (2009, p.28) defende a ideia de que a contabilidade surgiu como uma necessidade do homem em controlar seu patrimônio de forma consistente e sistemática. Com o passar dos anos, criou-se técnicas e normas, focadas no aprimoramento da qualidade de informações geradas por esse controle metódico. Ou seja, o principal objetivo da contabilidade passou a ser o fornecimento de dados referentes ao patrimônio, com vista na tomada de decisão pelos usuários de tais informações.

No ambiente contábil, essas informações são divulgadas por meio de relatórios específicos, para que possam ser analisadas pelos gestores de modo direcionado. De acordo com o CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico (2011, p. 8)

“O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade”.

Segundo Brownich (1988), participar da formulação dos planos de longo prazo, das estratégias corporativas, de prognósticos, na avaliação de competidores e produtos, se tornou uma das mais importantes funções da contabilidade.

A informação contábil quando analisada por usuários capacitados, sejam internos ou externos, possui relevância para a tomada de decisões. Além do controle quantitativo, devem ser levados em conta, fatores qualitativos dessas informações. O contador como intermediário do processo contábil, é o responsável por elaborar e garantir a confiabilidade das demonstrações financeiras, seguindo as normas vigentes. Dechow et al. (2010, p.1) afirma que uma “maior qualidade da informação contábil forneceria mais informações sobre as características de desempenho financeiro de uma empresa, que seriam relevantes para a tomada de decisão específica de um tomador de decisão específico”.

A Lei 6.404/76, mais conhecida como Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.s), direciona e normatiza a contabilidade para Sociedades Anônimas, não abrangendo as pequenas e médias empresas. Iudícibus (2010, p.1) afirma que por não existir legalidade específica, a contabilidade de PMEs se baseava principalmente no interesse fiscal. Em adição, Iudícibus *et al.* (2010, p.1) declaram que

“a Contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação de Imposto de Renda, Esse fato, ao mesmo tempo que trouxe à Contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limitou a evolução dos Princípios Fundamentais de Contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção prática de princípios contábeis adequados, já que Contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas da legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios contábeis corretos”

Em relação às exigências contábeis, o fisco se assegurava por meio de leis descentralizadas, que serviam como base legal. No art. 177 da Lei das S.A, está determinado que a escrituração deve ser feita seguindo-se os preceitos dessa Lei e os “princípios de contabilidade geralmente aceitos”. Complementando, Iudícibus *et al.* (2010, p.2) afirmam que

“para atender à legislação tributária, ou outras exigências feitas às empresas que determinem critérios contábeis diferentes dos da Lei das Sociedades por Ações ou dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devem ser adotados registros auxiliares à parte”.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.055/2005, a crescente importância da internacionalização das normas contábeis vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência a redução de riscos nos investimentos internacionais, maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea e a redução do custo do capital.

Portanto, o Brasil com foco na uniformidade de informações, e harmonização às normas internacionais criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável por liderar essa convergência, através da centralização de normas e inovação de processos democráticos. Segundo a Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo

"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Assim sendo, com a criação do CPC, delimitando e instruindo as informações de modo a resgatar os valores e princípios contábeis, houve a separação da contabilidade fiscal e societária, resultando na amenização da cultura brasileira, voltada para interesses fiscais.

Diante dessa realidade, e tendo como objetivo uma linguagem contábil global, emanando transparência e acessibilidade das demonstrações a todos os usuários, o Brasil, após regularizar a situação das empresas de capital aberto ou de grande porte, sequencia a convergência instituindo uma normatização para as PMEs. Entende-se como PME, segundo o CPC PME (2009, p. 6), aquelas empresas que se enquadram nas seguintes características: que não têm obrigação de prestar contas; e que elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais e usuários externos.

Iudícibus *et al.* (2010, p. 25) aborda o conceito de pequenas e medias empresas, expondo da seguinte forma

“conforme conceito adotado pelo FASB e pelo CPC (consequentemente também pelo CFC) são empresas que não têm obrigação publica de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis, além de para fins internos de gestão, para usuários externos, mas para finalidades gerais, como é o caso de sócios que não estão envolvidos na administração do negocio, credores existentes e potenciais, e agencias de avaliação de crédito”.

Robbins (2002) afirma que as empresas se encontram em um novo ciclo de expansão econômica. Investidores olham com mais afinco as atividades operacionais relacionadas, portanto demonstrar a situação financeira da entidade de forma homogênea e confiável se tornou um diferencial no mercado. Neste contexto, é legalizado o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Segundo a Resolução CFC nº 1.255/2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41, a aplicação desse pronunciamento encontra-se em vigor desde 1º de janeiro de 2010, destinado às pequenas e médias empresas e trata da adoção de práticas contábeis em consonância com as normas internacionais emitidas pelo Iasb (CFC, 2009).

Com isso, a normatização contábil para tais, passou por um processo inovador, guiados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. E atualmente vigora no ambiente empresarial como norma a ser seguida pelos contadores responsáveis pela PMEs, bem como a devida participação dos gestores no processo gerencial e contábil.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo se caracteriza como descritivo, com enfoque na análise de dados coletados por meio de questionários aplicados aos gestores de pequenas e médias empresas. A análise foi feita seguindo aspectos perceptivos, correlacionando a amostra com os devidos percentuais de respostas. Para tal, foram aplicados questionários de modo presencial aos responsáveis pelas empresas.

O escopo do questionário é composto por 20 questões fechadas do tipo *Likert* de cinco pontos, dividido em 5 blocos: (1) Noções de Contabilidade; (2) Balanço Patrimonial; (3) Demonstração do Resultado do Exercício; (4) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e, (5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. O questionário foi dividido em blocos afim de seguir uma sistemática para que o gestor consiga seguir uma linha de raciocínio de acordo com cada bloco, facilitando a compreensão das questões. Os blocos seguem uma organização conforme o CPC PME, no que diz respeito às demonstrações contábeis normatizadas pelo mesmo, e noções de contabilidade, incluindo os princípios mais comuns nas PME e direcionamentos quanto à atividade contábil operacional.

As questões tipo *Likert* se baseiam numa premissa psicométrica, onde os respondentes discriminam seu nível de concordância a uma afirmação, por meio de uma escala contendo mais de uma opção. Questões formuladas com base na avaliação *Likert* ganharam um espaço relevante entre os pesquisadores, pois segundo Cummins e Gullone (2000) incluem o tipo de psicometria utilizada na investigação, a dificuldade de generalizações com o uso de grande número de opções de marcação, e a natureza complexa de escalas alternativas.

Tal escala, desenvolvida por Rensis *Likert* (*apud* Gil: 1994), tem como objetivo estabelecer uma escala numérica para a mensuração de dados intangíveis. A partir de uma avaliação de vários itens, onde a resposta mais favorável recebe o valor mais alto da escala e a mais desfavorável recebe o valor mais baixo, e, por meio de testes estatísticos de correlação, pode-se determinar ou identificar o nível de relação entre elas. Complementando, Cummins e Gullone (2000) destacam que as propriedades básicas de uma escala tipo *Likert* são confiabilidade, validade e sensibilidade.

O universo do estudo da pesquisa é direcionado às pequenas e médias empresas localizadas no Distrito Federal, que terceirizam os serviços de contabilidade por meio de escritórios contábeis. A amostra se compõe por 70 pequenas e médias empresas, em sua maior

parte, são empresas do ramo comercial, além de uma parcela menor, composta por prestadoras de serviços. Dentro dessa amostra há uma segregação no porte das empresas. Aproximadamente 85% são ME (Microempresas) e EPP (Empresas de Pequeno Porte), e 15% são empresas de médio porte. Por possuírem uma estrutura limitada e gestão falha, essas empresas terceirizam os serviços relacionados à contabilidade pelo fato de desconhecerem a legislação e os processos envolvidos.

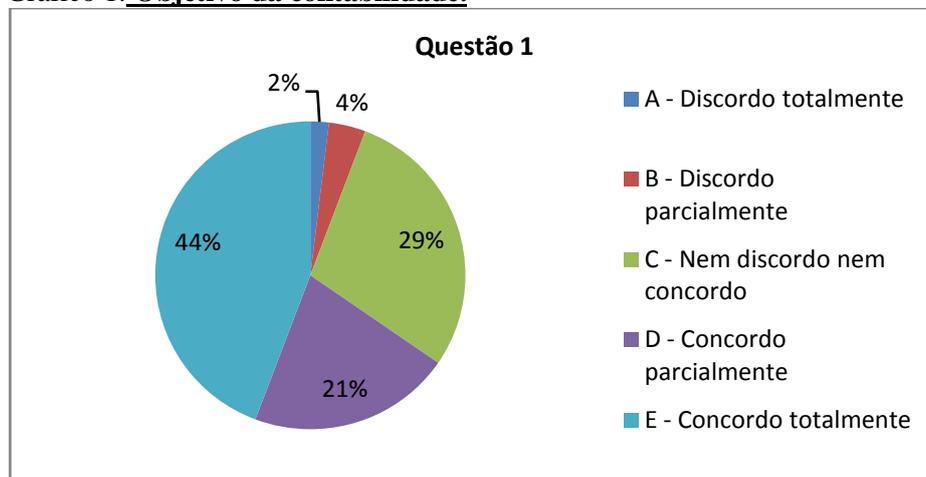
Inicialmente, fez-se necessária à aplicação de um pré-teste com vista na otimização do questionário frente aos respondentes. Desta forma, o questionário foi aplicado a uma amostra de 5 PMEs. Após aplicação, os devidos ajustes foram feitos, e houve a posterior validação do instrumento de pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos questionários vinculados a amostra de 70, somente 52 foram respondidos de forma clara. Os demais não demonstraram interesse em contribuir para a pesquisa, portanto, a análise foi feita conforme questionários preenchidos baseados na metodologia considerada. As perguntas elaboradas e visualizadas no questionário foram divididas em 5 blocos, envolvendo temas relevantes acordados no CPC PME. Os resultados serão expostos de modo visual, a partir de gráficos e posteriores considerações acerca dos dados. O primeiro bloco diz respeito a noções de contabilidade, e é composto por 6 questões.

Sobre a relativa do balanço patrimonial (questão 1), apresenta-se no gráfico 1 o percentual de respostas dos questionados. Na afirmação inicial, os gestores foram questionados acerca do objetivo da contabilidade, através da seguinte afirmação: A Contabilidade objetiva controlar o patrimônio da empresa. Conforme ORRÚ (1990, p. 12) “a Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades”. Portanto, alternativas concordantes são as mais corretas.

Gráfico 1: **Objetivo da contabilidade.**

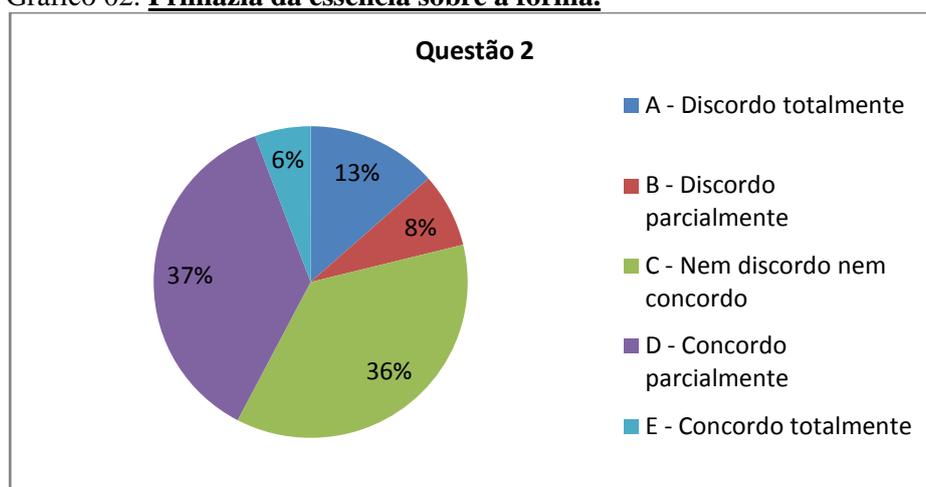


Fonte: elaborado pela autora.

Em relação a análise, os gestores, em sua maioria, mostraram que entendem o objetivo da Contabilidade. Do total da amostra, seguindo a escala Likert, as respostas mais tendentes à letra (E) demonstraram superioridade se comparada a uma visão global. Por outro lado, 29% dos respondentes não souberam se posicionar em vista da afirmação, dando mais amplitude a falta de conhecimento envolvendo o objetivo da Contabilidade. Uma parcela menor de discordantes representada por 6% da amostra confirmam a total falta de conhecimento perante a afirmação.

Na questão 2, afirmou-se que a essência das transações não deve prevalecer sobre os aspectos formais, não condizendo com a primazia da essência sobre a forma. Conforme o CPC-PME, as “transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal. Isso aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis” (CPC PME, 2009 p. 9). Acerca da essência das transações (questão 2), expõe-se no gráfico 2 o quantitativo expresso pelos gestores.

Gráfico 02: **Primazia da essência sobre a forma.**

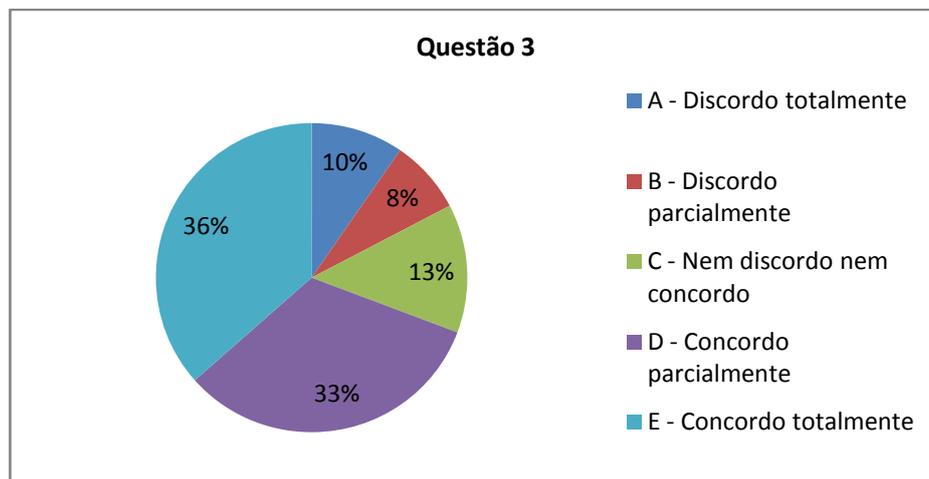


Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o Gráfico 2, os respondentes foram imparciais e tendentes, ao concordarem em parte ou se manterem neutros diante da afirmação. O mais correto seria a opção (A) discordo totalmente, onde somente 13% foi obtido após mensuração dos dados. Em contrapartida, 43% concordaram com a afirmação e 36% não souberam responder com certeza. Alguns gestores durante a aplicação questionaram o significado e a utilidade desse princípio, atestando dúvidas sobre a relevância na escrituração contábil. A Contabilidade de PMEs, por não exigir uma fiscalização tão rígida quanto às empresas de capital aberto, se baseava substancialmente, em aspectos fiscais. Com a harmonização e posterior legalidade das normas aceitas atualmente, os usuários da informação ainda se encontram em um processo de adaptação. Portanto, essa dúvida relacionando a essência e aspectos formais, com o desenvolver da aceitação e aplicação das normas, deverá ser extinta. No processo de elaboração da questão, a expectativa era que os gestores distinguíssem a importância da essência do fato sobre a forma, o que não foi de fato concretizado, visto que a maioria concordou com a afirmação referida ou se manteve imparcial.

Diante da questão 3, “O objetivo das Demonstrações Contábeis é oferecer informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade”, os gestores apontaram compreender em parte o propósito das Demonstrações Contábeis. Na afirmação da questão 3, o estabelecido no CPC PME inclui a posição patrimonial da entidade, ou seja, o correto seria “O objetivo das Demonstrações Contábeis é oferecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade” (2009 p. 235). Com essa afirmação, o objetivo esperado era de que os gestores conseguissem atrelar o objetivo das demonstrações ao da contabilidade, incluindo o quesito patrimonial na formação do conhecimento. A respeito dos objetivos das demonstrações contábeis (questão 3), pondera-se no gráfico 3 as respostas dos entrevistados.

Gráfico 3: **O objetivo das Demonstrações Contábeis.**



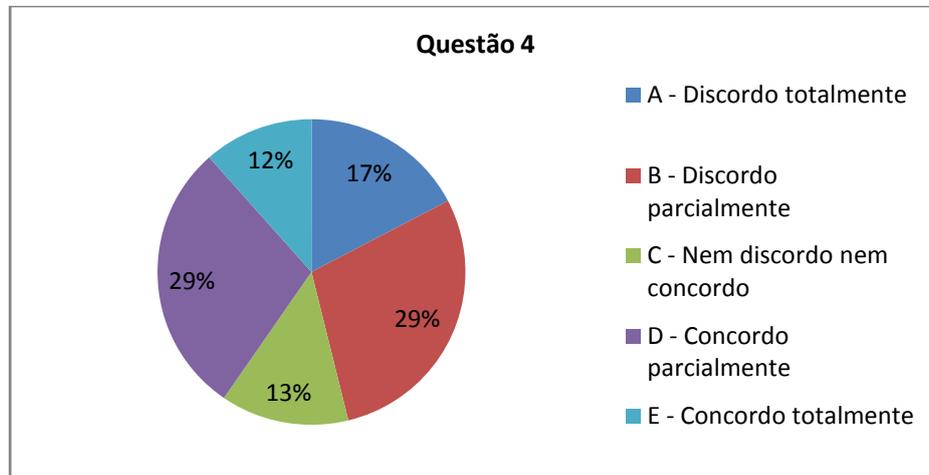
Fonte: elaborado pela autora.

Do total de questionados, 36% concordaram totalmente e 10% discordaram totalmente. Como a informação citada é parcialmente correta, os gestores que marcaram as opções B e D, entenderam com mais afinidade o objetivo das Demonstrações Contábeis. O restante optante pela letra C (não concordo, nem concordo), não soube averiguar com exatidão a autenticidade da afirmação, resultando na conclusão de quem não sabem de fato o objetivo das Demonstrações Contábeis.

Examinando os conhecimentos sobre escrituração contábil (questão 4), “A escrituração contábil deve ser feita sempre que se tiver razoável certeza dos fatos, mesmo que não se possua documentação que dê suporte”. A afirmação em questão foi feita baseada na falha existente na comunicação entre cliente e contador acerca da escrituração contábil. Frequentemente os gestores omitem informações relevantes por acharem que não tem a

necessidade de contabilização ou por não possuírem documentação legal que dê suporte. É demonstrado no gráfico 4 o teor encontrado a respeito dos dados.

Gráfico 4: Sobre a escrituração contábil



Fonte – elaborado pela autora.

Tendo a questão 4 em evidência, conforme gráfico 4, os gestores se manifestaram de maneira igualitária. As opções de marcação foram equilibradas e notou-se a dispersão entre os respondentes. As alternativas de discordância representam o maior pedaço, sendo que 29% discordaram parcialmente, e 17% totalmente. Esse resultado se deve, provavelmente, ao fato de que muitos trabalhos requisitados aos escritórios são feitos, sem uma base composta somente por documentação que valide. Porém, o alto percentual no intervalo das alternativas parciais, demonstra que os gestores entendem que nem tudo pode ser feito sem a documentação. Desse modo, pode-se concluir que o julgamento dessa afirmativa foi feito baseado no que é feito na prática.

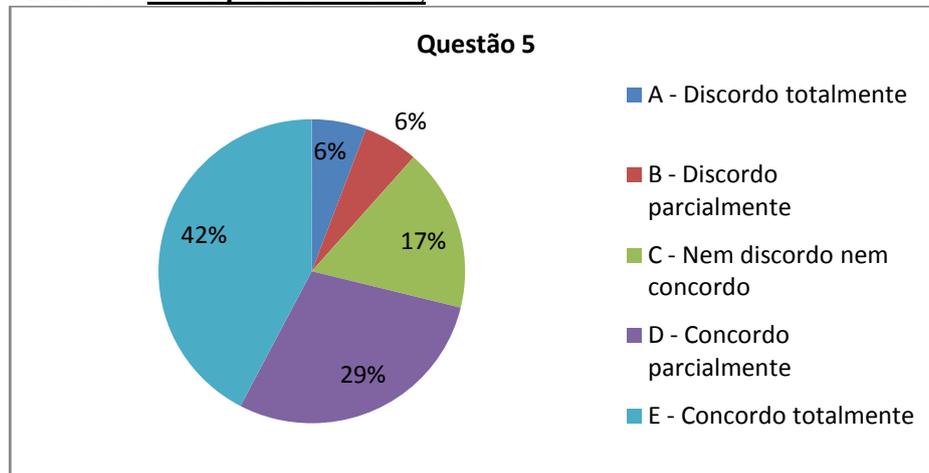
Ainda a respeito de noções básicas de contabilidade, a questão 5 “Na Contabilidade, os bens particulares dos donos não se confundem com os bens da empresa”, trata especificamente do princípio da entidade. Como são empresas de pequeno e médio porte, os donos mantêm o hábito de misturar os bens em comum. O controle de entradas e saídas não é tão rigoroso quanto devia, resultando na quebra desse princípio. De acordo com a resolução CFC 750/93,

“O princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se

confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.”

Demonstra-se no gráfico 5 o quantitativo de respostas dos inquiridos.

Gráfico 5 – **Princípio da entidade,**



Fonte – elaborado pela autora.

Diante da questão 5, a conclusão alcançada foi a de que os gestores, em sua maioria, conseguem distinguir a essência do princípio da entidade. Após o exposto, os dados exibidos visualmente comprovam a realidade. No geral, auferiu-se um número prevacente de cerca de 71% de concordância, sendo que 43% concordaram totalmente e 29% parcialmente. A minoria discordante representada por 12% é composta por empresas de menor porte com pouco controle interno, o que resulta, muitas vezes, na mesclagem dos bens da empresa com os dos donos. Uma parcela significativa de 17% parece não ter noções desse princípio, tal que não concordaram nem discordaram da afirmação.

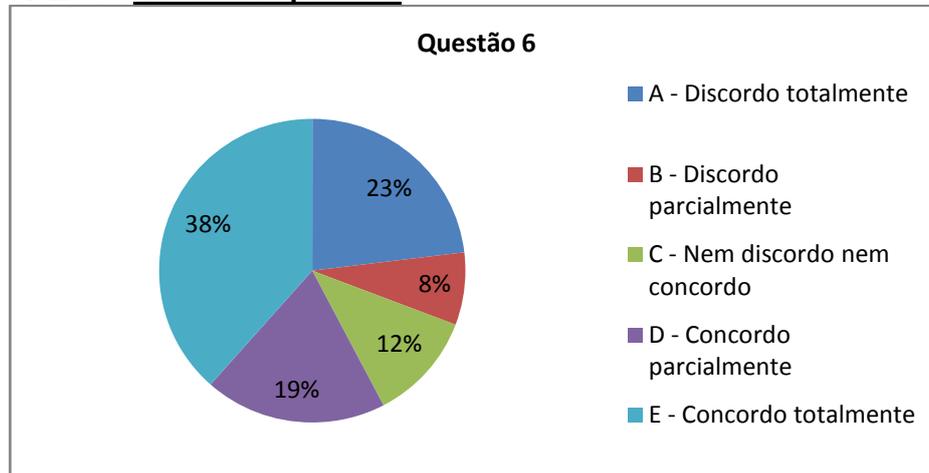
Inquirindo se “as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado no período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento” (questão 6), procurou-se trazer a tona o regime de competência. Tal regime é normatizado através do CPC PME (2009 p. 15), onde “a entidade deve elaborar suas demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa, usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens”. Complementando o CPC 00 (2011 p. 11), diz que

“o regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e

reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos e caixa derivados ocorram em períodos distintos”.

Logo, toma forma no gráfico 6 o quantitativo de respostas dos pesquisados.

Gráfico 6: **Caixa x competência.**



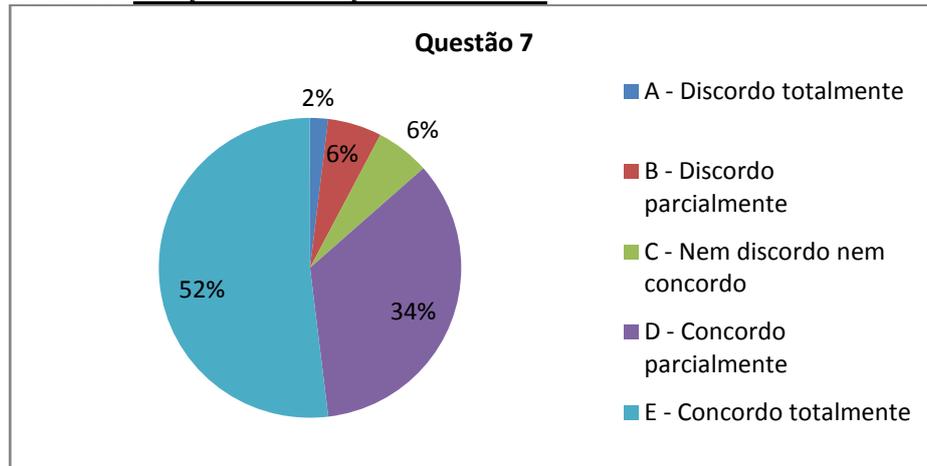
Fonte – elaborado pela autora.

Nesse sentido, os gestores se comportaram de maneira discrepante, conforme gráfico 6. A maior massa se concentrou no concordante, demarcado pela letra (E), porém é possível notar que a segunda maior massa resultou nos discordantes, situados pela letra (A). Entretanto, como a opção (D) obteve um número relevante se equiparado aos demais, os gestores, no geral, indicaram conhecer o regime de competência.

Esse fato contribui para o trabalho dos escritórios, uma vez que os clientes percebem a importância de informar a movimentação da empresa, independente de recebimento ou pagamento. Vale lembrar que 12% não souberam indicar a melhor alternativa, resultando na ideia de que desconhecem tal princípio.

No segundo bloco, foi-se contestado questões a respeito do Balanço Patrimonial. O bloco é composto por 4 questões. Na primeira questão, afirmou-se que “o Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data” (questão 7). Segundo o CPC PME (2009, p. 10), “O balanço patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica, como apresentado nessa demonstração da posição patrimonial e financeira”.

Assim sendo, a questão 7 é uma assertiva verdadeira. Com esta pergunta, procurou-se averiguar se os gestores sabem identificar a função da principal demonstração contábil para fins gerenciais. Evidencia-se no gráfico 7 o quantitativo de respostas.

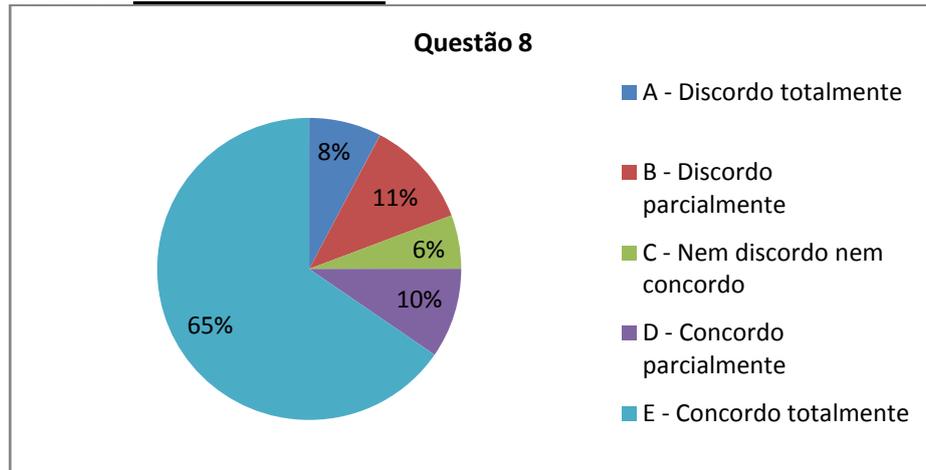
Gráfico 7: **Função do Balanço Patrimonial .**

Fonte – elaborado pela autora.

Ante dados ilustrados, os gestores, de forma global, apontaram possuir conhecimento de tal afirmação, pois a maior parte dos respondentes julgou concordar parcialmente ou totalmente com a frase (gráfico 7). Os números remanescentes se mostraram em oposição à afirmação, não condizendo com a parcela maior. Muito provável que os discordantes sejam empresas de menor porte, pois não costumam, no geral, se deparar com o Balanço Patrimonial, e como consequência não sabem qual seu intuito e função principal.

Na questão 8, procurou-se constatar informações sobre o ativo, demonstrando a seguinte afirmação “ativos são os bens, direitos e os demais recursos controlados pela empresa”. De acordo com o CPC 00, (2011 p. 26), “ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”.

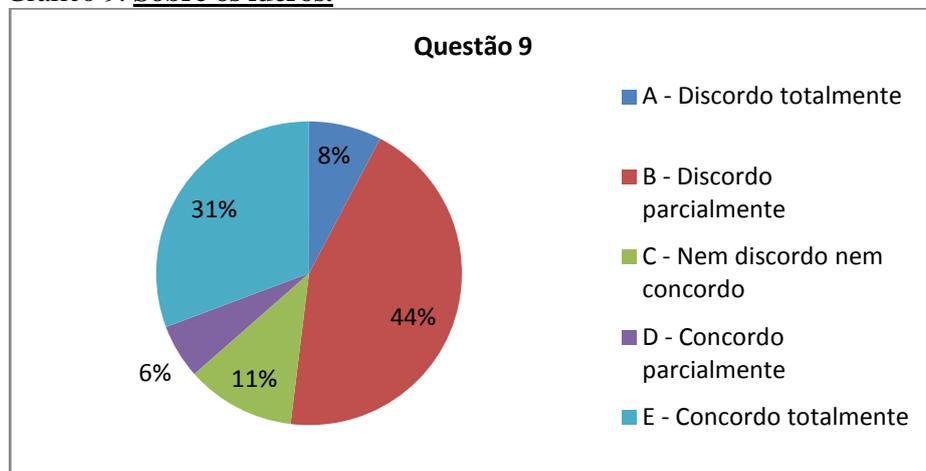
Na presente questão, a afirmativa se encontra parcialmente correta. No caso, com base no CPC-PME, o ativo além de ser controlado pela empresa, precisa ser resultado de eventos passados com a expectativa de geração de benefícios futuros. Diante do exposto, buscou-se apurar um conceito significativo na teoria contábil, mediante julgamento dos respondentes. Interpretando o conceito de ativos da empresa (questão 8), representa-se no gráfico 8 o quantitativo de respostas.

Gráfico 8: **Conceito de ATIVO**

Fonte – elaborado pela autora.

Com vista nesta afirmação, 65% dos respondentes afirmaram concordar totalmente com a premissa (gráfico 8). Dentre os demais 8% discordaram totalmente, 11% discordaram parcialmente, 10% concordaram parcialmente e 6% se mantiveram imparciais. As alternativas mais corretas seriam as letras (B) e (D), concordo parcialmente e discordo parcialmente, respectivamente. Segundo os respondentes, o termo ativo é muito usado no dia a dia entre contador e gestor. Tal situação coloca os gestores em uma posição considerável, porém deficitária. Visto que mesmo que a parcela maior seja concordante, o que demonstra uma percepção satisfatória, o conceito real segundo o CPC não foi totalmente utilizado na avaliação dos gestores, de modo geral.

Dando continuidade a temática do Balanço Patrimonial, a questão 9 afirma o seguinte: “no Balanço Patrimonial, os lucros referem-se apenas à atividade operacional da empresa”. Ilustra-se no gráfico 9 o quantitativo de respostas dos gestores.

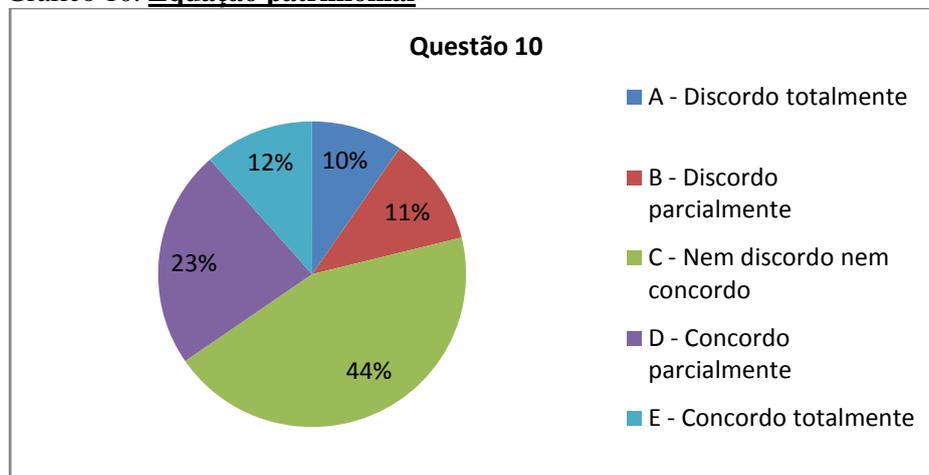
Gráfico 9: **Sobre os lucros.**

Fonte – elaborado pela autora.

Diante questão 9, as alternativas mais corretas seriam as discordantes, pois o uso da palavra “apenas”, restringe o lucro somente à atividade operacional. Nesse caso, os gestores se comportaram de maneira instável. Cerca de 52% reagiram de forma a discordar da afirmação, enquanto que, por outro lado, 37% concordaram com a alegação de que os lucros se referem apenas à atividade operacional da empresa. Essa segregação entre o total pode ser explicada com base na atividade principal das pequenas e médias empresas. Em sua maioria, essas empresas possuem lucros advindos somente do faturamento mensal, o qual é informado à contabilidade para escrituração principalmente fiscal e posterior contábil. Portanto, a via primária de obtenção de lucros, no geral, se restringe apenas à atividade operacional. Dos discordantes, 44% discordaram parcialmente, demonstrando que a afirmação esta parcialmente incorreta. Esse número agrega uma fração considerável, pois indica que os gestores se situaram de forma plausível diante da afirmação.

Ao serem indagados pela questão 10 “No Balanço Patrimonial, o total do Ativo é sempre igual ao do Passivo”, os avaliados se portaram, na maior parte, de forma neutra, não concordando nem discordando com a afirmação (gráfico 10).

Gráfico 10: **Equação patrimonial**



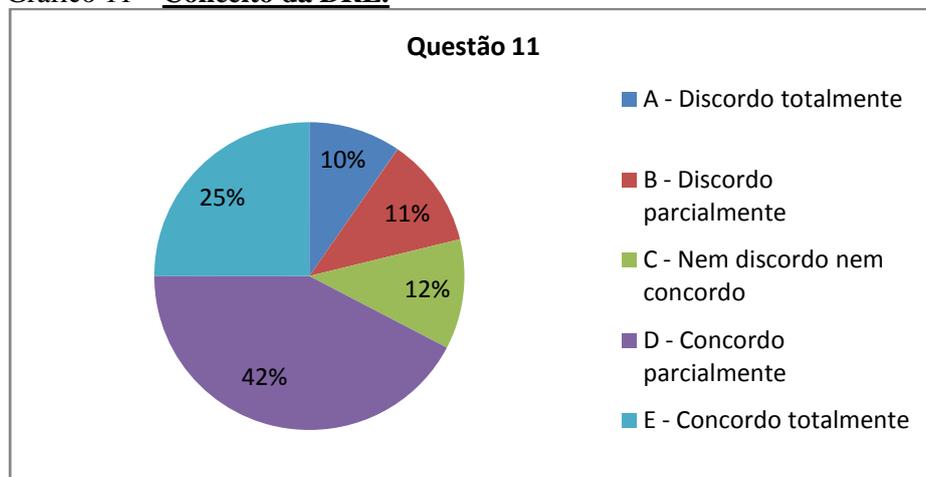
Fonte: elaborado pela autora.

Para Viceconti e Neves (2013, p. 7), “o total do ativo é sempre igual ao total do passivo mais o patrimônio líquido”. Sendo assim, a afirmativa é falsa. Apesar da maioria se manter de forma indefinida, uma parte inclinou-se para as alternativas de maior concordância, representados por 35% da amostra. E a minoria, expressa por 21% tendeu-se para alternativas discordantes. O resultado demonstrado confirma a falta de conhecimento sobre os componentes básicos do Balanço Patrimonial. Com a demonstração dessa questão, o intuito foi verificar se os gestores conseguiriam compreender a equação patrimonial do BP.

O próximo bloco refere-se à Demonstração do Resultado do Exercício, sendo composto por 4 questões. De modo geral, os resultados obtidos após avaliação foram satisfatórios. A DRE é uma demonstração muito usual e requerida pelos gestores aos escritórios, logo se torna mais familiar e possível de análise por parte dos usuários.

Avaliando o conhecimento dos gestores acerca da Demonstração do Resultado do Exercício, a questão 11 apresentou-se a seguinte afirmação: “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período”. O CPC PME (2009 p. 229), define a Demonstração do Resultado do Exercício, como a “demonstração contábil que apresenta todos os itens de receita e despesa reconhecidos no período, excluindo os itens de outros resultados abrangentes”. Iudícibus e Marion (2009, p. 52) conceituam a DRE como “resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período”. Nesta assertiva, procurou-se analisar se os gestores conseguiriam assimilar as receitas e as despesas à DRE. A alternativa (E) concordo totalmente é a mais correta nesse caso. Afigura-se no gráfico 11 o quantitativo de respostas dos analisados.

Gráfico 11 – **Conceito da DRE.**



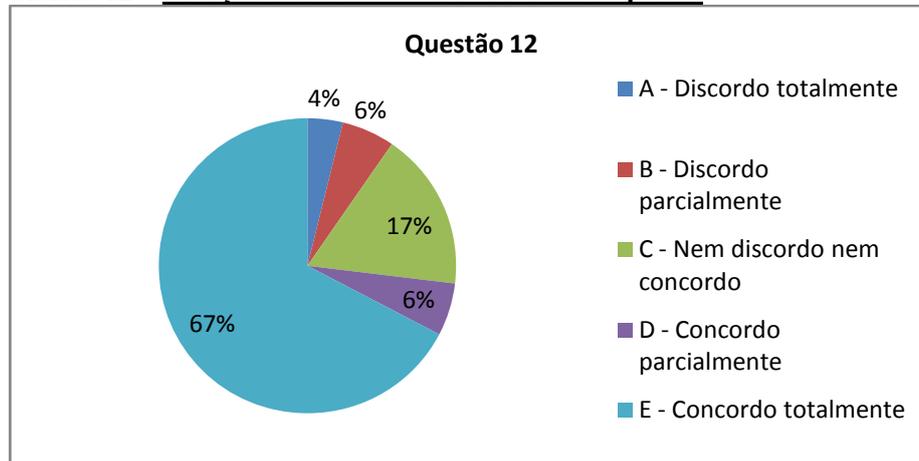
Fonte – elaborado pela autora.

Diante dos resultados obtidos na questão 11, percebeu-se que os gestores captaram parcialmente a ideia geral da Demonstração do Resultado do Exercício. Observa-se nesse contexto, que em torno de 67% dos respondentes reagiram de modo a concordar com a afirmação, sendo que 42% concordaram parcialmente, e 25% totalmente; chegando assim, em um patamar relevante de nível de percepção. Em contrapartida, 12% foram vagos, ao marcarem a opção (C). Por final, 21% discordaram totalmente ou parcialmente da afirmação. Como a DRE é muito requisitada aos escritórios, os gestores deveriam auferir com mais facilidade o fato das receitas e das despesas serem explicitadas através da DRE. Contudo, a

parcela contrária a alternativa mais correta, se comportou de modo incerto, tornando o objetivo da questão, oposto ao esperado.

Levando em consideração a Demonstração do Resultado do Exercício e suas possibilidades de análise, a questão 12 é evidenciada pela presente afirmativa: “A Demonstração do Resultado do Exercício possibilita analisar o lucro ou prejuízo da empresa”. Uma vez que a Demonstração do Resultado do Exercício, segundo Iudícibus e Marion (2009, p. 52), “é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período”, uma análise do lucro ou prejuízo da empresa se torna viável e de suma importância no gerenciamento e tomada de decisões. As opções de concordância são as mais corretas perante tal afirmação. Monta-se assim, o gráfico 12 com o resultado apurado.

Gráfico 12 – **Relação entre a DRE e o lucro da empresa.**



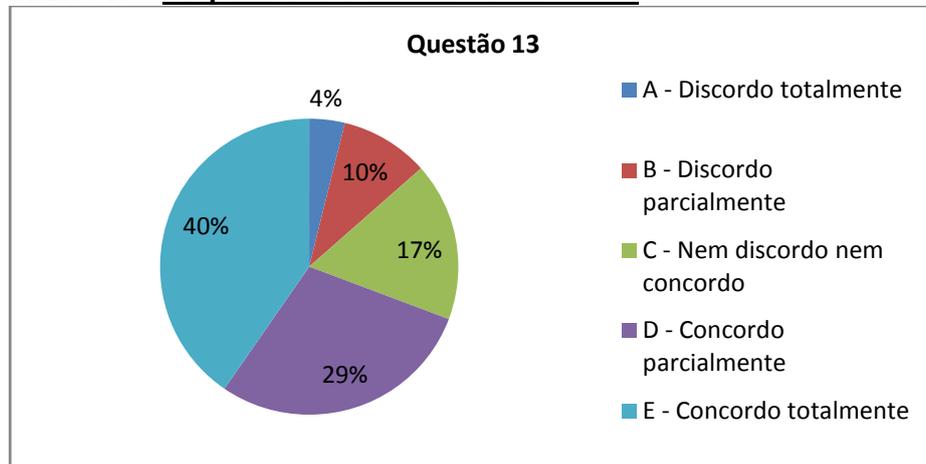
Fonte – elaborado pela autora.

Na questão 12, os números foram satisfatórios. Do total da amostra, 73% dos analisados se voltaram para opções de concordância, enquanto que 17% se mantiveram neutros, e 10% discordaram totalmente ou parcialmente da afirmação. Partindo da premissa que os gestores conseguem ligar as receitas e as despesas à DRE, a afirmação disposta na questão 12 se torna fruto de uma simples interpretação. O que de acordo com o gráfico 12, confirma a premissa, pois 67% concordaram totalmente.

No que aborda as receitas e despesas financeiras e seu modo de apresentação na Demonstração do Resultado do Exercício, toma forma a questão 13, que diz o seguinte: “As despesas e receitas financeiras devem ser apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício”. Conforme CPC PME (2009, p. 30), despesas e receitas financeiras devem ser apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício. Por consequência, a afirmação se torna verdadeira e as alternativas concordantes são as mais corretas. Nessa questão, examinou-

se a percepção dos gestores em relação a termos financeiros, pois atualmente o tratamento dado aos elementos inclusos nas premissas financeiras, ganhou um destaque no mundo corporativo. Exprime-se no gráfico 13 o levantamento obtido.

Gráfico 13 – **Despesas e receitas financeiras x DRE**

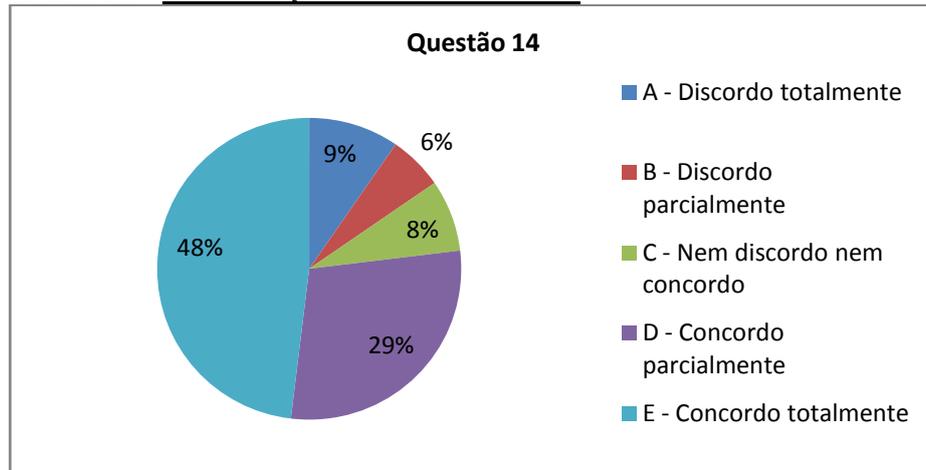


Fonte – elaborado pela autora.

Como se observa no gráfico 13, os gestores em sua maioria concordaram com a afirmação presente. Cerca de 69% disseram que as despesas e as receitas financeiras devem ser apresentadas na DRE, por outro lado, 17% se mostraram imparciais, não concordando, nem discordando, e 14% tenderam a discordar. A porcentagem concordante total ou parcialmente visualizada no gráfico segue a linha da premissa citada na questão anterior. Os gestores, no geral, conseguem atrelar o conceito de despesas e receitas à DRE. Os demais respondentes indicaram não saber se posicionar frente à afirmação.

Acerca dos custos com a venda de mercadorias ou prestação de serviços relacionada a demonstração do resultado do exercício elaborou-se a questão 14, “Os custos com a venda de mercadorias ou a prestação de serviços são evidenciados na Demonstração do Resultado do Exercício”. De acordo com o CPC PME (2009, p. 30), o custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos, deve ser evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício. Ou seja, a afirmativa é verdadeira.

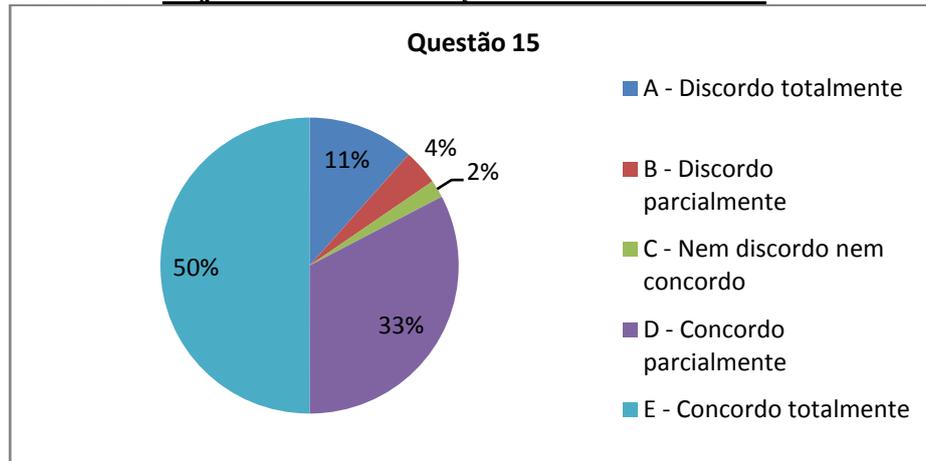
Nas pequenas e médias empresas, a formação de preço é um fator importante na manutenção da saúde financeira. Os custos com a venda ou a prestação de serviços, fazem a diferença, se colocados à frente. Destarte, pensando na relevância da precificação para controle de custos, questionou-se aos gestores a questão 14. Explana-se no gráfico 14 o resultante da afirmação.

Gráfico 14 – **Evidenciação dos custos da DRE.**

Fonte – elaborado pela autora.

Diante da questão 14, os gestores demonstraram um conhecimento maior acerca da representatividade dos custos na DRE. Como ilustrado, 48% concordam totalmente com a afirmação, e 9% discordam totalmente. Entretanto, os 29% concordantes parcialmente, garantem uma força maior na avaliação, contra 6% discordantes. Da amostra, apenas 8% marcaram não concordo, nem discordo, evidenciando a falta de certeza sobre a afirmação. Os números transmitem uma análise conforme premissa anterior, onde a saída de recursos referente à atividade da empresa, requer uma confrontação com as receitas. Dentro desse contexto se encaixam os custos com a venda de mercadorias e a prestação de serviços. Os gestores validaram essa percepção segundo dados expressos no gráfico 14.

O bloco 4 trata de questões envolvendo a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e possui 3 questões. Frente à demonstração dos fluxos de caixa inquiriu-se aos gestores a questão 15, representada pela seguinte afirmativa: “A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de dinheiro da empresa”. Esperou-se após indagação, que os respondentes obtenham uma análise acessível. A afirmação é correta, pois de acordo com CPC PME (2009, p.34) os recebimentos e pagamentos relacionados à atividade da empresa, devem ser evidenciados da Demonstração dos Fluxos de Caixa. É demonstrado no gráfico 15 os resultados referentes à questão 15.

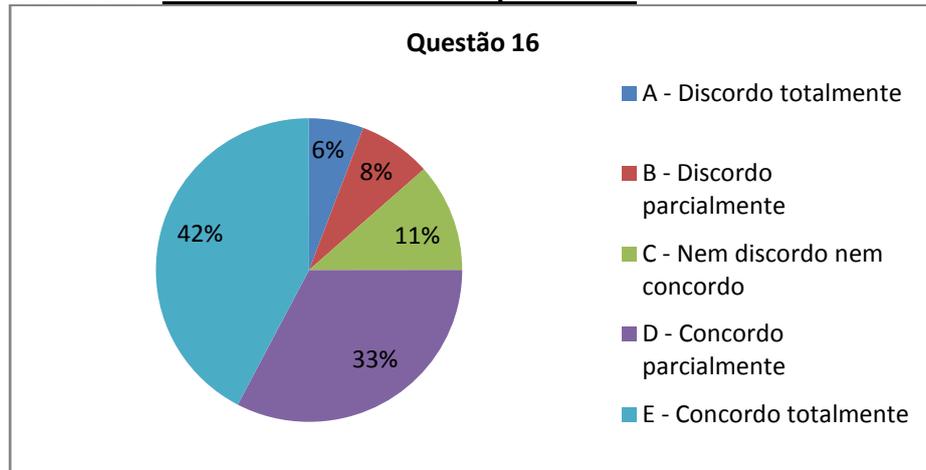
Gráfico 15 – **Objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

Fonte – elaborado pela autora.

Conforme o gráfico 15, a afirmação que trata dos fluxos de caixa teve um resultado adequado. Do total de respondentes, 50% concordaram totalmente, e 33% concordaram parcialmente. Somente 2% se mostraram leigos, e 15% discordaram total ou parcialmente. Essa amostra menor dos discordantes pode ser representada por gestores que mantêm pouco ou nenhum contato com essa demonstração.

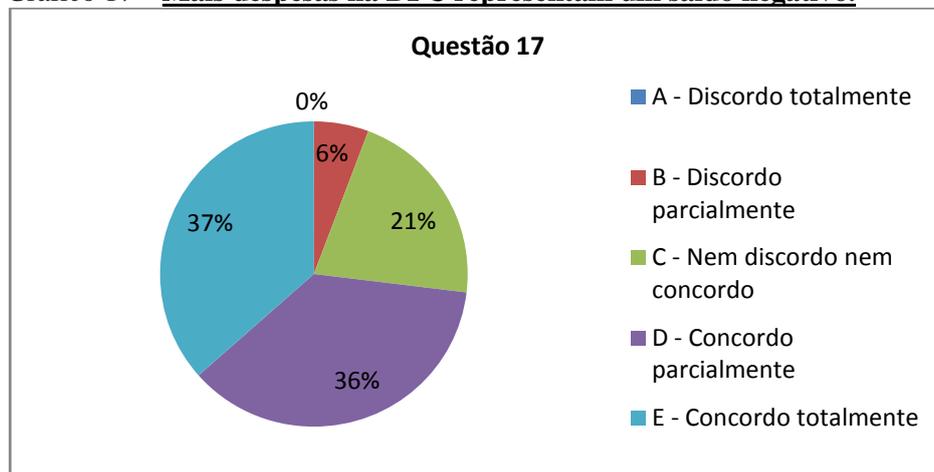
A questão 16 propõe a seguinte assertiva: na Demonstração dos Fluxos de Caixa: “Os recebimentos de caixa pela venda de mercadorias ou pela prestação de serviços são classificados como atividades operacionais da empresa”. No CPC PME (2009, p.34) são considerados fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional os recebimentos de caixa pela venda de mercadorias ou pela prestação de serviços; atestando a veracidade da afirmação. A alternativa (E), neste caso, é a mais adequada. Visto que as PMEs geralmente mantêm uma grande movimentação no grupo operacional, essa questão tem o a finalidade de avaliar os itens considerados da DFC.

Perante a afirmação 16, demonstrada percentualmente pelo gráfico 16, uma massa relevante de questionários se mostrou conhecedora. Aproximadamente 75% dos analisados, concordaram com a afirmação. Sendo que 42% concordaram totalmente, e 33% parcialmente. Do conjunto total, 11% se mantiveram indiferentes, e 14% discordaram. Como a amostra é composta por empresas comerciais e prestadoras de serviços, a afirmação englobou ambas as atividades. Os dois conceitos são familiares para os gestores, fato esse, que pode ter facilitado a leitura e posterior marcação.

Gráfico 16 – **DFC x itens da atividade operacional.**

Fonte – elaborado pela autora.

Na questão 17, formou-se a seguinte afirmação: “Ao analisar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, um saldo negativo significa que a empresa teve mais despesas do que receitas”. Nessa questão, averiguou-se uma alegação clara e racional. O objetivo foi atestar se os gestores atrelam um prejuízo resultante da confrontação de receitas e despesas. A afirmação é verdadeira, portanto a opção (E) seria a mais apropriada. Elucida-se no gráfico 17 os resultados encontrados.

Gráfico 17 – **Mais despesas na DFC representam um saldo negativo.**

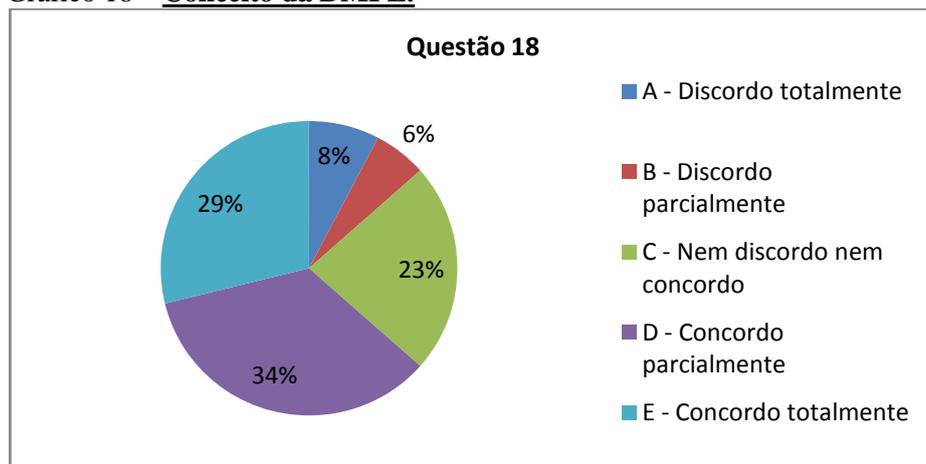
Fonte – elaborado pela autora.

Segundo o gráfico 17, a presente afirmação obteve uma conclusão aceitável. Perante a uma afirmação simples, 21% dos respondentes ficaram indecisos. Este número demonstra que os gestores não possuem conhecimento a respeito de algo tão coerente. Como visto no gráfico 17, uma parcela expressiva de 73% concorda totalmente ou parcialmente com o enunciado, e

6% dos examinados discordaram parcialmente. Nessa afirmação específica, nenhum dos respondentes discordou totalmente, o que num contexto geral é um desfecho razoável.

O bloco 5 engloba 3 questões a respeito da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Ao considerar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, toma forma a questão 18, que defende o seguinte enunciado: “A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório contábil que evidencia as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido da empresa”. Tendo como base o CPC PME (2009, p. 32), é possível concluir que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é uma demonstração que apresenta o resultado da entidade num determinado período contábil envolvendo contas relacionadas ao Patrimônio Líquido da empresa. Dessa maneira, a afirmação é correta, e a alternativa (E) é a mais plausível de marcação. Monta-se no gráfico 18 o resultado.

Gráfico 18 – **Conceito da DMPL.**



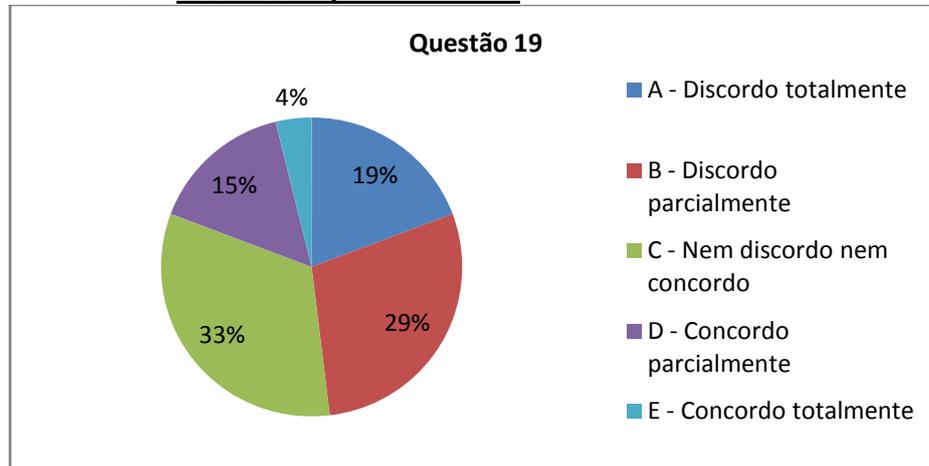
Fonte – elaborado pela autora.

Tendo como base o mencionado no CPC, os gestores se comportaram de maneira satisfatória. De acordo com o gráfico 18, 63% permanecerem concordantes, entretanto a parcela maior se concentrou na letra D, concordo parcialmente, indicando uma apreensão maior na hora de julgar a afirmativa. 14% discordaram da assertiva e 23% dos respondentes marcaram a letra C, concluindo a falta de clareza sobre o assunto.

A questão 19 é composta pela presente afirmação: “As receitas e despesas reconhecidas no período não são relevantes para a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”. Tal questão não coincide com o defendido no CPC PME (2009, p. 32) que diz que são relevantes para a elaboração da DMPL, “os itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período”. Tornando falsa a alegação da

questão 19. A alternativa (A) é a mais pertinente nesse caso. Esperou-se com o presente ponto que os gestores pudessem reconhecer a relação entre receitas e despesas e o patrimônio líquido da empresa. Faz-se inferência no gráfico 19 aos resultados encontrados.

Gráfico 19 - **Receitas e despesas x DMPL.**

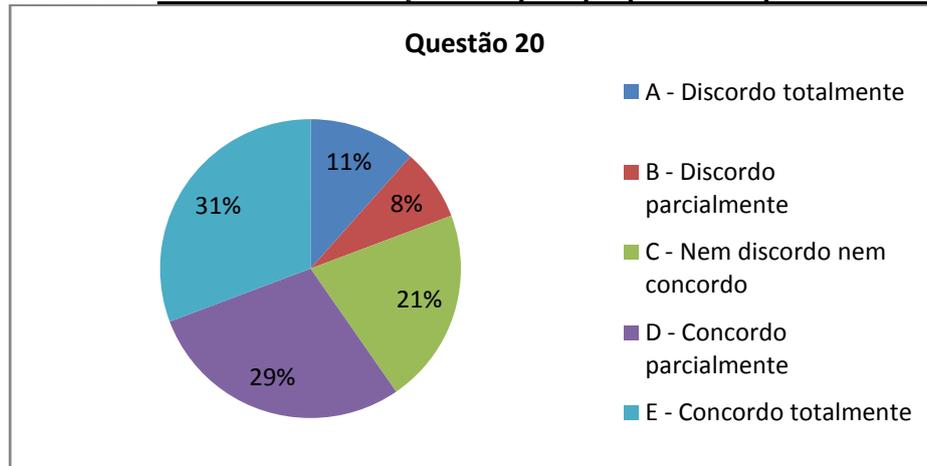


Fonte – elaborado pela autora.

Frente à questão 19, os gestores em sua maioria permaneceram sob uma ótica discordante ou imparcial. Do total, 48% marcaram as opções A e B, enquanto que 33% permaneceram na dúvida, e 19% tendenciaram a concordar. Conforme o gráfico 19, os gestores discordantes representam uma porção maior, comprovando o esperado, apesar da parcela neutra ter sido elevada.

Ainda a respeito da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta-se a seguinte afirmativa demarcada pela questão 20: “Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, é possível observar o aumento ou a redução do capital próprio da empresa”. Através desta assertiva, buscou-se examinar se os gestores vinculam o capital próprio à DMPL. A afirmação é verdadeira, portanto a alternativa (E) é a mais correta. Se expressa no gráfico 20 as informações levantadas junto às empresas.

Na questão 20, 60% dos respondentes concordaram com a afirmação, sendo que 31% concordaram totalmente e 29% parcialmente. Julgaram não saber a resposta 21% dos respondentes, e 19% tenderam a alternativas discordantes. Os concordantes representados por 60% do gráfico 20 atestam, de maneira superficial o previsto, em razão de 40% confirmarem não saber o correto diante da afirmação.

Gráfico 20 - **Aumento ou a redução do capital próprio da empresa através da DMPL.**

Fonte – elaborado pela autora.

Durante a elaboração do questionário levantou-se hipóteses baseadas no objetivo do estudo. As questões foram feitas de modo a facilitar a leitura e compreensão dos respondentes, e para tanto houve uma revisão das questões iniciais, e subsequente alteração no formato de algumas afirmações. Após revisão final e aplicação do pré teste, chegou-se em resultados, de forma geral, razoáveis. Os respondentes se mostraram capazes de discernir algumas afirmações com certeza, porém principalmente nas questões referentes à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, eles se mostraram imparciais e desconhecedores. As assertivas relacionadas à demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado do Exercício obtiveram os melhores resultados, ou seja, os gestores indicaram saber, de modo geral, as premissas abrangidas por essas demonstrações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto da importância das PMEs na economia de um país, e como as diretrizes de gerenciamento dessas empresas afetam a saúde financeira das mesmas, o objetivo deste trabalho consistiu em descrever a percepção dos clientes de um escritório de contabilidade sobre a contabilidade aplicada à PME. Assim sendo, os resultados serão demonstrados conforme cada bloco.

No primeiro bloco de questões, analisou-se a percepção dos gestores a respeito de Noções de Contabilidade. Foram inquiridas 6 questões básicas envolvendo o objetivo da contabilidade, os princípios mais frequentes nas PMEs e procedimentos de escrituração contábil. De modo geral, os respondentes se comportaram de maneira regular. Apesar de uma alta porcentagem ser contrária a alternativa correta, sob um ponto de vista generalizado, a maior parte dos gestores foram sensatos e demonstraram relação entre os objetivos esperados e o efetivado. Nesse sentido as questões que trataram dos princípios merecem uma atenção especial. Acerca do princípio da entidade, muito discutido no meio contábil, principalmente em se tratando de PMEs, onde o não seguimento resulta, muitas vezes, na deficiência gerencial dos gestores sobre suas empresas. Uma vez que a segregação de bens não se torna algo essencial e respeitado, o futuro da empresa fica comprometido.

No segundo bloco de questões, os gestores se depararam com 4 questões sobre o Balanço Patrimonial. As assertivas nessa temática foram elaboradas com o propósito de concluir de fato de os gestores reconhecem os conceitos abordados no Balanço Patrimonial, tais como: função do BP, equação patrimonial, relação entre lucros e a atividade principal da empresa e o conceito de ativos. O Balanço Patrimonial é um instrumento de gestão extremamente importante. Entretanto, na maioria das empresas, ele é tratado como algo atípico, pela falta de compreensão das suas funcionalidades. Os resultados neste bloco foram de certo modo, discrepantes. As questões continham afirmações corretas; questão 7; parcialmente corretas; questões 8 e 9; incorretas por completo; como é o caso da questão 10. Diante das questões, os respondentes se portaram adequadamente. Tenderam a optar por alternativas mais confiáveis, provavelmente baseados na experiência e no contato que eles possuem com o Balanço Patrimonial.

No terceiro bloco, a temática abrangida foi a Demonstração do Resultado do Exercício, contendo 4 questões. A DRE paralelamente ao BP, também é uma demonstração muito requisitada pelos gestores para fins contratuais e para análise de lucro. Essa análise é

limitada, se concentrando apenas nos números mais usuais, porém a ligação entre despesas e receitas com a Demonstração do Resultado do Exercício, foi constatada diante dos resultados. A grande maioria conseguiu atrelar os termos à afirmação e responderam de maneira adequada. A minoria que se encontra fora dos assertivos, se resume basicamente, em empresas de menor porte, com pouca atividade operacional e metas restritas, portanto não atingiram o objetivo esperado.

O quarto bloco trouxe a tona 3 questões acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa. No geral, as respostas perduraram em consonância com a linha esperada. Os gestores se atentaram aos conceitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, e atestaram o seu conhecimento acerca. Essa demonstração é mais conhecida, devido ao fato de que muitas licitações a requerem como documentação obrigatória. As questões foram elaboradas de modo simplório e de fácil entendimento. Diante dos fatos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e os conceitos que a delimitam são familiares entre a maioria dos gestores.

No quinto e último bloco, 3 questões foram inquiridas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essa demonstração é a menos habitual dentre os gestores. Por ser menos conhecida, as respostas foram em sua maioria assertivas, porém os números de neutralidade frente às questões, foram elevados. Os gestores com empresas mais estruturadas, mesmo não acostumados com essa demonstração, conseguiram ligar o vocabulário das afirmações à nomenclatura da DMPL e marcaram de forma mais correta.

Como limitações da pesquisa, cita-se a amostra representada por apenas 70 pequenas e médias empresas do ramo comercial e de serviços, onde somente 52 se dispuseram a preencher o questionário conforme metodologia aplicada. Sendo assim, os resultados obtidos não devem ser considerados como generalizáveis, porém são relevantes para o enfoque proposto pelo estudo.

No contexto de harmonização das normas contábeis por meio da emissão de Pronunciamentos Técnicos, a Contabilidade percorre novos rumos. O conhecimento financeiro e contábil dos gestores é algo determinante no sucesso da empresa, e deve ser colocado em pauta pelos contabilistas, pois é por meio da consultoria e orientação frequente que o perfil do contador versus gestor será reinventado. Como sugestões para trabalhos futuros, recomenda-se avaliar os métodos de tratamento entre contador e cliente. Observar os meios de comunicação, bem como a presença do contador na tomada de decisões pelos gestores e propor soluções de modo a amenizar esse abismo existente entre contador e gestor, na Contabilidade de pequenas e médias empresas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. *Manual de contabilidade internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap: teoria e prática*. São Paulo: Cengage Learnig, 2011.

DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. 2010. Disponível em: <<http://ssrn.com>>. Acesso em 25/02/2014.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC – Fipecafi*. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. 9 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico PME: contabilidade para pequenas e médias empresas*. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2014.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.055, de 7 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 out. 2005. Disponível em: <http://crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 12 fev. 2014.

COELHO NETO, Pedro. Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

MOSCOVE, Stephen A. SIMKIM, Mark G. BAGRANOFF, Nancy A. Sistemas de Informações Contábeis. São Paulo. Atlas. 2002.

STROEHER, A. M. Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CUMMINS, Robert A. e GULLONE, Eleonora. Why we should not use 5-point Likert scales: the case for subjective quality of life measurement. In. Second International Conference on Quality of Life in Cities, Singapore, 2000.

BROWMICH, M. Managerial Accounting Definition and Scope – from a Managerial View. Management Accountng. p. 26-27, United Kington, 1988.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Princípios Fundamentais da Contabilidade – Resolução CFC nº 750/93. Brasília: CFC, 1993

ORRÚ, Mussolini. Contabilidade Geral. São Paulo: Scipione, 1990.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. *Contabilidade Básica*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não contadores. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A – Questionário Aplicado

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

QUESTIONÁRIO SOBRE CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Este questionário destina-se aos gestores (donos ou responsáveis) das pequenas e médias empresas (PMEs), as quais têm obrigações legais específicas. OS RESPONDENTES **NÃO PRECISAM SE IDENTIFICAR** PARA RESPONDER AO QUESTIONÁRIO.

O foco específico do questionário é no conhecimento de gestores, em geral, sobre a Contabilidade para PMEs segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Composto de 20 questões fechadas, o questionário é dividido em 5 blocos: (1) Noções de Contabilidade; (2) Balanço Patrimonial; (3) Demonstração do Resultado do Exercício; (4) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e, (5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. As questões devem ser respondidas conforme exemplo abaixo.

EXEMPLO: Analise seu grau de concordância sobre a seguinte afirmação: “Brasília é a capital do Brasil”. Assinale X na alternativa que corresponda ao seu grau de concordância. Você deve ASSINALAR APENAS UMA ALTERNATIVA.

Brasília é a capital do Brasil.

- (a) *Discordo totalmente*
- (b) *Discordo parcialmente*
- (c) *Nem discordo nem concordo*
- (d) *Concordo parcialmente*
- (e) *Concordo totalmente*

QUESTÕES

Bloco 1 – Noções de Contabilidade

- 1) A Contabilidade objetiva controlar o patrimônio da empresa.
 - (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

- 2) Na Contabilidade, a essência das transações não deve prevalecer sobre seus aspectos formais.
 - (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

- 3) O objetivo das Demonstrações Contábeis é oferecer informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 4) A escrituração contábil deve ser feita sempre que se tiver razoável certeza dos fatos, mesmo que não se possua documentação que dê suporte.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 5) Na Contabilidade, os bens particulares dos donos não se confundem com os bens da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 6) As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado no período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

Bloco 2 – Balanço Patrimonial

- 7) O Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 8) Ativos são os bens, os direitos e os demais recursos controlados pela empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

- 9) No Balanço Patrimonial, os lucros referem-se apenas à atividade operacional da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 10) No Balanço Patrimonial, o total do Ativo é sempre igual ao do Passivo.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

Bloco 3 – Demonstração do Resultado do Exercício

- 11) A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 12) A Demonstração do Resultado do Exercício possibilita analisar o lucro ou prejuízo da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 13) As despesas e receitas financeiras devem ser apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 14) Os custos com a venda de mercadorias ou a prestação de serviços são evidenciados na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

Bloco 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

- 15) A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de dinheiro da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 16) Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os recebimentos de caixa pela venda de mercadorias ou pela prestação de serviços são classificados como atividades operacionais da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 17) Ao analisar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, um saldo negativo significa que a empresa teve mais despesas do que receitas.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente

Bloco 5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

- 18) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório contábil que evidencia as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 19) As receitas e despesas reconhecidas no período não são relevantes para a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente
 - (c) Nem discordo nem concordo
 - (d) Concordo parcialmente
 - (e) Concordo totalmente
- 20) Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, é possível observar o aumento ou a redução do capital próprio da empresa.
- (a) Discordo totalmente
 - (b) Discordo parcialmente

- (c) Nem discordo nem concordo
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente